

Comissão aprova pensão vitalícia para idoso que não tem outra renda

BRASÍLIA — A Comissão de Sistematização aprovou ontem dois artigos inéditos na legislação brasileira: a concessão de pensão mensal vitalícia a todo cidadão, a partir dos 65 anos, mesmo sem prova de recolhimento de contribuição à Previdência (desde que não possua outra fonte de renda); e a garantia de um salário mínimo mensal a todos os deficientes que comprovem não ter meios para garantir sua própria sobrevivência.

Se até o final da Constituinte prevalecer o texto do projeto que trata da assistência social — e que foi mantido na íntegra ontem pela Sistematização — os brasileiros poderão cobrar do Estado proteção à família, à infância, à maternidade e à velhice; amparo às crianças e adolescentes carentes, e aos menores autores de infração penal e suas vítimas; promoção de integração ao mercado de trabalho; habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e promoção de sua integração à vida comunitária.

Tudo isso por conta da assistência social que, segundo o projeto do relator Bernardo Cabral, "será prestada independentemente de contribuição à seguridade social". O governo promoverá a assistência social com recursos do orçamento da Previdência e dos estados, Distrito Federal, territórios e municípios. O projeto prevê ainda "outras fontes" para prestação dos serviços, com base em duas diretrizes: a descentralização político-administrativa; e a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Houve, entretanto, quem não ficasse satisfeito. O deputado José Maurício (PDT-RJ), por exemplo, brigou para aprovar sua emenda, vinculando todos os benefícios da assistência social à criação de Cieps (os chamados "brizolões") em todo o país, com transporte, alimentação, assistência médica, odontológica, farmacêutica, psicológica e material de escola — tudo, por conta do governo.

— Vossa Excelência há de convir que isso cabe a um programa de governo e não a uma Constituição — protestou um dos relatores adjuntos, senador José Fogaça (PMDB-RS), deixando irritados os parlamentares da bancada do PDT. A emenda foi derrotada por 78 votos contra dez.

O deputado Eliel Rodrigues (PMDB-BA) queria que o governo apoiasse, inclusive com verbas, as instituições privadas sem fins lucrativos que tratam de toxicômanos e alcoólatras, mas também saiu derrotado. No plenário, entre cada votação, a briga por votos entre *sarneyistas* e opositoristas não parou. O deputado João Herrmann (PMDB-SP), junto com Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) — ambos do bloco *progressista* — comandavam uma pesquisa *in loco*, perguntando a cada deputado se votariam pelos quatro ou cinco anos de mandato para Sarney.

Alves garante que não pressionou governador por mandato de 5 anos

BRASÍLIA — O ministro do Interior, João Alves, desmentiu que tenha se encontrado com os governadores do Nordeste para pressioná-los a se manifestarem pelos cinco anos de mandato para o presidente Sarney.

— Eu seria a última pessoa do mundo a poder fazer isso. Imagine se um ministro do PFL vai chegar no meio de uma reunião de governadores do PMDB com uma proposta desta. Eu seria expulso da sala — garante João Alves.

Segundo ele, a reunião não teve nenhum caráter político. O encontro foi transferido de Brasília para Fortaleza justamente para evitar especulações de que seria uma reunião política.

— Eu pressionar os governadores para votar pelos cinco anos seria a mesma coisa que tratar de assuntos do PMDB com o doutor Ulysses Guimarães — compara João Alves.

O ministro do Interior, João Alves, fez as contas sobre os votos que seu partido dará aos quatro anos e chegou à conclusão de que somente quatro ou cinco parlamentares votarão desta maneira. No partido especula-se que são estes: Alcení Guerra (PR), Mendes Thame (SP), Sandra Cavalcanti (RJ) e Carlos Chiarelli (RS) — estes dois, mesmo assim, votam em quatro anos com eleições gerais. O deputado Francisco Dornelles votará em quatro.

Deputado não pediu canal de TV

SÃO PAULO — O deputado João Cunha (PMDB-SP) negou que tivesse recebido ou sequer solicitado qualquer concessão de canal de televisão em Ribeirão Preto, uma rica cidade a 310 quilômetros de São Paulo, onde fica seu reduto eleitoral. Cunha, que se encontrava em Ribeirão Preto, estranhou a notícia que circulou em Brasília.

Segundo ele, deve ter havido algum mal-entendido, pois, em recente audiência com o presidente José Sarney, mostrou sua preocupação com os critérios políticos para a concessão de emissoras, disputadas por grupos do PMDB e do PDS. Cunha afirmou que apenas deu seu "aval político" para o pedido de concessão de uma emissora de rádio AM em Ribeirão Preto feito por João Oscar Canguçu, "que é simpático ao PMDB porque vota na gente".

"Nós temos aqui em Ribeirão seis emissoras AM e seis FM, todas de adversários, antigos arenistas, e é claro que eu não queria mais um grupo adversário nesta área. Por isso, preferia que o Canguçu ganhasse a concessão", disse o deputado, provável candidato a prefeito da cidade nas eleições de 88.